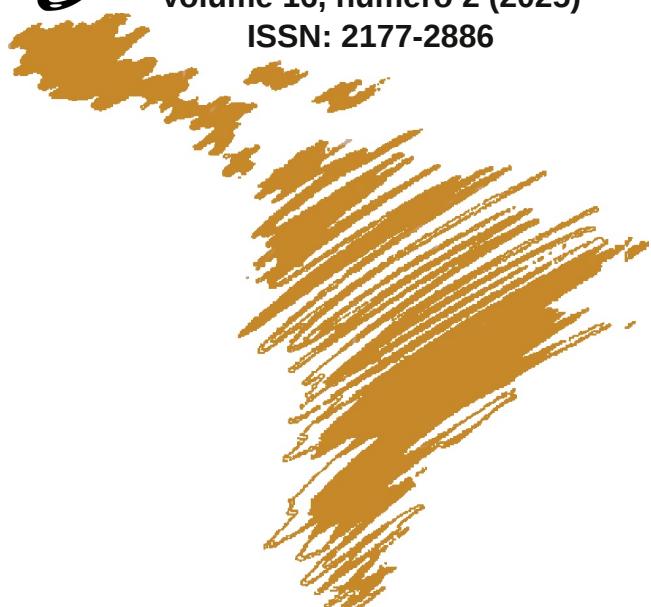


Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)

ISSN: 2177-2886



Artigo

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

Entre el Cuerpo y el Cuerpo-Territorio, las Gentes: Una Introducción a la Aplicación de la Categoría Cuerpo en la Geografía de la Población

Between the Body and the Body-Territory, the Peoples: An Introduction to the Application of the Body Category in Population Geography

Isis do Mar Marques Martins

Universidade Federal do Pará - Brasil
isismartins@ufpa.br

Kamilly Antunes de Assis

Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil
kamillyantuness@gmail.com

Geovana Kellen de Azevedo Guimarães

Universidade Federal do Oeste do Pará - Brasil
kellenguimaraes14@gmail.com

Como citar este artigo:

MARTINS, Isis do Mar Marques; ASSIS, Kamilly Antunes de; GUIMARÃES, Geovana Kellen de Azevedo. Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 16, n. 2, p. 241-261, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v16.i2.0012>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg>

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

Entre el Cuerpo y el Cuerpo-Territorio, las Gentes: Una Introducción a la Aplicación de la Categoría Cuerpo en la Geografía de la Población

Between the Body and the Body-Territory, the Peoples: An Introduction to the Application of the Body Category in Population Geography

Resumo

Para construir um novo limiar do conhecimento, faz-se necessário um debate denso, contudo introdutório, das categorias e do processo de elaboração da temática. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar a categoria corpo no espaço-tempo da ciência geográfica contemporânea, e seu potencial para a geografia da população, campo da ciência geográfica que possui amarras e trejeitos considerados, por muitas e muitos, tradicional ou conservador. Afora as más línguas, já existem produções que revelam o potencial que esperamos dessa correlação, mas precisamos avançar. Com a consolidação do pensamento conceitual da categoria corpo-território, é possível constituir novos cenários para a geografia da população? Essa é uma das inúmeras perguntas que hoje se elabora, a partir desse denso debate.

Palavras-Chave: Corpo. Gentes; Geografia da população; Corpo-território.

Resumen

Para construir un nuevo umbral del conocimiento, es necesario entablar un debate denso, aunque introductorio, sobre las categorías y el proceso de elaboración de la temática. En este sentido, nuestro objetivo es analizar la categoría del cuerpo en el espacio-tiempo de la ciencia geográfica contemporánea y su potencial para la geografía de la población, un campo de la ciencia geográfica que tiene ataduras y gestos considerados por muchos como tradicionales o conservadores. A pesar de las malas lenguas, ya existen producciones que revelan el potencial que esperamos de esta correlación, pero es necesario avanzar. Con la consolidación del pensamiento conceptual de la categoría cuerpo-territorio, ¿es posible construir nuevos escenarios para la geografía de la población? Esta es una de las múltiples preguntas que se plantean hoy en día a partir de este denso debate.

Palabras-Clave: Cuerpo; Gentes; Geografía de la Población; Cuerpo-Territorio.

Abstract

To build up new thresholds of knowledge, it is necessary to engage in a dense yet introductory debate on the conceptual categories and the process of developing the theme. In this sense, the objective of this study is to analyze the category of the body – and bodies – within the space-time of contemporary geographical science and its potential contributions to population geography, a subfield often overlooked as traditional or conservative. Despite detractors, existing research already reveals the potential of this correlation; however, further exploration is required. With the consolidation of the conceptual framework surrounding the body-territory category, is it possible to envision new scenarios for population geography? This is one of the many questions that emerge from the ongoing debate.

Keywords: Body; Peoples; Population geography; Body-territory.

Em uma aparente contradição, a necessidade de mobilizar uma reflexão sobre a relação entre corpos e a Geografia deriva da impossibilidade de conceber fatos e fenômenos socioespaciais na ausência de sujeitos e suas ações. Não há, nesse sentido, fenômeno socioespacial sem experiência – corporal – dos sujeitos pelo espaço. Ainda assim, esse processo é uma recente tomada de consciência na esfera teórica da disciplina, tendo deslocado a concepção do corpo como materialidade física no espaço para um conceito operante.

Postular um saber geográfico corporificado é, primeiro lugar, uma movimentação política que se baseia no questionamento da pretensa neutralidade e a universalidade de epistemologias que fundamentaram uma Geografia hegemônica; calcada na preocupação de objetos e processos espaciais em detrimento de sujeitos sociais (Silva, 2009; Ramos; Milani, 2022) definindo, assim, em um jogo de visibilidades e invisibilidades, os temas e interesses a comporem o currículo da disciplina.

Sob tais vieses, a categoria espaço, que admite uma centralidade na disciplina geográfica, também foi definida e reproduzida como uma “entidade em si mesma” e uma abstração distante de processos sociais – e corporificados. Desse modo, o campo da Geografia da População, ao derivar deste contexto mais amplo consolida temáticas e interesses para as sínteses de indicadores populacionais, regionais e econômicos, reproduzindo uma homogeneidade dispersa das assimetrias sociais nas populações (Ramos; Milani, 2022).

A ruptura e a abertura na reformulação do espacial na Geografia emergiu com a chamada virada espacial e cultural da disciplina no século XX que passou a admitir, entre outras considerações, a espacialidade como processo social marcado por assimetrias de poder e contradições (Ramos; Milani, 2022). Por isso mesmo, a tomada de consciência do corpo e a formulação do saber geográfico corporificado participa de um contexto de afirmação da multiplicidade de experiências socioespaciais que produzem e reproduzem o espaço geográfico através de marcadores sociais, práticas e performatividades do corpo.

Ao situarem-se às margens da disciplina, os estudos corporificados em Geografia desenvolvem-se em uma crescente a partir de epistemologias formuladas por grupos que, historicamente, também foram posicionados como outros – à margem do escopo branco, patriarcal, colonial e ocidental que definiram as narrativas da disciplina (Silva, 2009).

Isso provoca na Geografia da População um questionamento sobre a tradição que promoveu excessivas abstrações sobre processos e fenômenos socioespaciais. A multiplicidade inevitável do pensamento que se propõe a ser corporificado, tensiona a escalaridade das análises deste campo, promovendo abordagens que consideram tanto as macroestruturas que organizam a vida das pessoas, quanto as especificidades e singularidades de experiências socioespaciais vividas por grupos sociais diversos, transitando, assim, entre as esferas individual e coletiva.

Propomos que o corpo que emerge nas pesquisas comprometidas com a construção de um saber geográfico corporificado, o tensiona enquanto: (a)

categoria de análise; (b) escala; (c) uma reflexão epistemológica potente na renovação da disciplina. Tais concepções apresentam “funções” diferentes no tensionamento do pensamento geográfico, mas quase nunca se encontram isoladas; se combinam em uma potente agenda temática da disciplina.

Este texto foi escrito a seis mãos por três mulheres, de gerações distintas e com potências distintas de pensamento, além de diferentes interseccionalidades, mas com a preocupação constante em trazer, à luz da Geografia, nossas lutas por uma geografia da população mais cuidadosa em olhar o corpo enquanto categoria potencial de análise.

A primeira parte procura refletir sobre a bibliografia mais utilizada pela Geografia para tratar sobre corpo, corporificações e corporeidades enquanto categoria da análise e da prática (Haesbaert, 2021), e suas correlações com o campo de conhecimento da geografia da população. A segunda parte faz um tensionamento dessa correlação a partir da Geografia dos chamados Norte e Sul Global e a terceira parte trata do potencial metodológico e epistemológico latino-americano, à luz do conceito de corpo-território para o campo da geografia da população.

Metodologia

Este trabalho procura fazer uma densa construção teórica sobre algumas escalas de análise:

- 1 – A categoria corpo na geografia;
- 2 – Sua correlação com o campo da geografia da população. Não consideramos necessariamente como campo disciplinar, mas como campo do conhecimento;
- 3 – Suas potencialidades para a geografia da população;
- 4 – O que já foi construído, os estereótipos e o que precisa ser desdoblado;
- 5 – O potencial e os encontros da categoria corpo-território para a geografia da população;
- 6 – População aqui é analisada a partir da perspectiva tradicional do termo, mas também como “gentes”. A perspectiva de gentes, muito utilizada por Goettert (2008), possibilita humanizar e subjetivizar a multiplicidade e pluralidade que a população produz no espaço-tempo, o qual acreditamos que sua construção junto com a categoria corpo se torna mais potente.

Para tanto, e sabemos que é um desafio e um ambicioso trabalho, nosso objetivo aqui é introduzir a discussão para elaborarmos com o espaço-tempo um avanço do campo da Geografia da População que seja alimentada por uma geografia contemporânea desde abajo, e não somente nos enviesamentos de uma trajetória do globo. A literatura, nesse interim, atravessa as contribuições do Norte ao Sul do planeta.

Sobre corpo e população: possibilidades e potencialidades de uma categoria para um campo do conhecimento geográfico

A categoria corpo na geografia já possui um vasto caminhar, sobretudo em solos anglo-saxões. Consolidada desde a década de 1990 (Valentine, 1998; 1999; Tyner, 2012; Haesbaert, 2020; Silva; Ornati; Chimin Jr, 2023) no mesmo

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

compasso das geografias feministas e das embodied geographies, há uma série de consistentes análises que são impulsionadas por aquilo que Judith Butler versa da não contingência do feminismo, a qual não há definição categórica, muito menos “morte categórica” (Butler, 1998). Ainda na década de 1980, em Conferência Internacional da União Geográfica Internacional Janice Monk apontou: “A geografia feminista trata de fazer visível as experiências e problemas de mulheres a que se foi “opaca” a produção geográfica do passado, além de demonstrar a importância de incorporar o gênero nas análises geográficas” (Monk; García-Ramón, 1987, p. 149-150).

Há análises importantes no decorrer da década de 1990 que inscrevem o corpo como espaço, desde a sua subalternização (dos corpos) e de como eles se espacializam em lugares que promovem uma imposição estética e sexualizada, até a discussão sobre as relações de poder e opressão histórico-geográficas a que a submissão é ação.

Há um avanço importante da teoria feminista no chamado “Norte Global”, mas com amarras epistemológicas significativas. Haesbaert (2020), sobre essas amarras, destaca a dificuldade de flexibilizar as categorias geográficas e trazer à tona o potencial que elas possuem enquanto constelação de conceitos (Haesbaert, 2020).

Para falar do campo de conhecimento em geografia da população, apesar de superações, ao procurarmos trabalhos fora do Brasil que correlacionem à categoria corpo, há um vazio teórico epistemológico. Há importantes contribuições sobre gênero e população que já foram abordadas em outros trabalhos de Martins (2022) e Martins e Antunes de Assis (2023), nos quais, apesar das amarras quantitativas, analisam fenômenos cruciais que levam a desigualdades espaciais profundas.

Dessa maneira, pretende-se neste tópico refletir sobre as construções epistemológicas – o qual atribuímos como sentidos de ligação – que a categoria corpo pode contribuir para a geografia da população enquanto campo do conhecimento geográfico. O primeiro sentido remete às origens da discussão da categoria corpo, sem muitos critérios de consolidação dela para a ciência geográfica; o segundo sentido, as contribuições da perspectiva de multiplicidade e geometrias de poder (Massey, 2008; Massey; Pasti, 2021) que impulsionam a consolidação epistemológica da categoria para entender sujeitos, populações e suas espacialidades, e terceiro, os avanços significativos dos estudos populacionais que impulsionam a correlação com a categoria corpo.

Aqui escolhemos referências do contexto ocidental moderno europeu, cujas perspectivas de corpo, espaço, território e lugar divergem das potencialidades que acreditamos. É, na realidade, uma introdução ao debate para alinharmos a um campo no espaço-tempo do conhecimento sobre corpo e população, que serão discutidas adiante.

Corpo e gentes: origens epistemológicas

O primeiro sentido de ligação traz a leitura sobre o controle e o poder exercido sobre os corpos para sujeitas e sujeitos – coletivas ou individuais. Aqui destacamos Foucault (1984; 2002), Federici (2023) e Lefebvre (1991).

Michel Foucault, a partir da perspectiva do conhecimento filosófico europeu (vale destacar), é quem constrói uma sistematização analítica do corpo enquanto imerso em relações de poder. Quando tratamos aqui poder, não é uma palavra fugidia e abstrata: trata-se de ordens que convergem para a mudança do padrão de vida, das decisões de quem deve viver e/ou quem deve morrer, da construção das relações familiares e dos processos que resultam as relações de trabalho, de amizade, de constituição do cotidiano e das posicionalidades.

Ao tratar de corpo, Foucault alerta que não podemos diminuir a importância das instituições – políticas e sociais, de caráter indissociado – nas configurações espacial e territorial do poder frente às subjetividades, e mais: é nesse poder sobre o cotidiano que consistem as principais mudanças no senso de posicionalidade do corpo:

Não se trata de fazer aqui a história das diversas instituições disciplinares, no que podem ter cada uma de singular. Mas de localizar apenas uma série de exemplos algumas das técnicas essenciais que, de uma a outra, se generalizaram mais facilmente. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo (...) porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias indefensáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea (Foucault, 1984, p. 120).

Na bagagem foucaultiana sobre suas subserviências, Federici analisa em *O calibã e a bruxa* as lacunas de uma teoria social do corpo, embora sob uma abordagem marxiana, partindo da acumulação primitiva do capital até chegar aos dias atuais. O resgate histórico apontado pela autora é uma importante referência de compreensão do mundo ocidental e de como as relações sociais estabelecidas foram reproduzidas nos países colonizados, como no caso da porção sul-americana. O triunfo do capitalismo, conforme Federici, se confunde com a ordem patriarcal e a manipulação dos corpos femininos frente a espaços de poder subjugados.

A diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres sob o disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (Federici, 2023, p. 240).

Na Geografia, Haesbert (2020), Lima (2024) e Oliveira (2021) apontam a importância de Henri Lefebvre em destacar o corpo como categoria indissociada de espaço, na qual “cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço” (Lefebvre apud Haesbaert, 2020, p.). Significa dizer que corpo tem importância não como sobreposto a dimensão, mas à própria dimensão.

É em Silva, Ornat e Chimin Júnior (2023) que o legado de Lefebvre sobre a categoria corpo se torna mais evidente em rica análise mais detalhada para a questão. Em uma leitura mais aguda sobre do livro *The production of the space*, Lefebvre evidencia o paradoxo dos espaços absolutos e abstratos, onde neste segundo o corpo se inscreve. Apesar da tentativa de “abstraí-lo” discursivamente (daí as representações geométricas e fálicas), o corpo possui materialidade e concretude. Nesse sentido, os autores apontam:

O corpo é um dos elementos mais importantes na filosofia lefebvriana, já que é ele que produz a potência para produzir o “espaço diferencial”, capaz de fazer frente ao “espaço abstrato”, cada vez mais dominado pela tecnificação, fragmentação e homogeneização. Apesar de a geografia brasileira ter tido forte influência de Lefebvre e o corpo ser um elemento importante de sua filosofia, a corporeidade lefebvriana foi negligenciada pela interpretação geográfica brasileira (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2023, p. 543).

Para além do corpo enquanto categoria, os devires do corpo envolvem a multiplicidade de camadas sociais e estruturais que se relacionam a movimentos desiguais do e no espaço. Implica que não é uma estrutura genérica e amorfa. O corpo tem cor, gênero, padrão de mobilidade e classe social. A forma como se espacializa e territorializa é diferente. A forma como vê os movimentos do espaço muda. Tem mais ou menos dor, sabor, sensações e desespero, da falta de expectativa. Essa seja talvez a maior das contribuições para a geografia da população.

Multiplicidades, interseccionalidades: gentes e corpos em geometrias de poder

Se a discussão do corpo na Geografia se consolida na última década do século XX, muitos anos antes já havia uma profusão de estudos, sobretudo por mulheres negras, que atentavam às diferenças e marcadores sociais que influenciam nas práticas cotidianas dos corpos. Angela Davis (2016) sobre classe e marcadores desiguais e bell hooks (1991) sobre as potencialidades de mulheres negras em um contexto de violência. Antes mesmo, em 1952, Frantz Fanon escreve *Pele negra, máscaras brancas* e analisa as corporeidades negras em um contexto histórico de violência, opressão e destituição da liberdade de existir (Fanon, 2008).

Para além de todo um significativo teórico, é muito franco que o conceito de interseccionalidade tem muita relação com a ciência geográfica. Patrícia Hill Collins, ao apontar as “matrizes de dominação” tratam eminentemente de posicionalidades no espaço a partir do corpo (Collins, 1998). Os marcadores de

dominação impõem o descolamento de si e do corpo, instituindo maior dificuldade de construir uma dimensão efetiva de sua própria corporeidade (*outsider within*). A teoria feminista branca, ao falar de corpo, desmerece assim a intensidade do sofrimento e dos marcadores de raça e classe historicizadas por uma gritante violência de destituição do próprio corpo negro.

Em sucessão ao pensamento de Collins, o conceito de interseccionalidade estabelecido por Kimberlé Crenshaw aponta as seguintes características:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

São, portanto, ora camadas, ora raízes de discriminação, opressão e despossessão. As intersecções se apresentam na dimensão espacial em imanência, e são produtos do exercício de poder sobre os corpos. Collins e Bilge advertem que é impossível dissociar a práxis da interseccionalidade a seu desenvolvimento teórico e epistemológico, e que cometéramos um erro, pois a realidade política, econômica e social é cravada em práticas de violência de raça e gênero (Collins; Bilge, 2021).

No Brasil, temos referências de suma importância ao tratar marcadores sociais e interseccionalidades na perspectiva local-global, tais como o conceito de amefricanidade de Lélia Gonzalez, em que as camadas de violência sobre os corpos femininos negros não são separadas das estratégias de poder e violência institucionalizadas da lógica colonialista (Gonzalez, 1988). Na mesma importância, Sueli Carneiro adverte para as armadilhas da separação da crítica e da leitura de gênero que hegemoniza a luta e conquista das mulheres negras vistas na porção periférica do mundo, que prejudica a promoção das políticas públicas e promoção da igualdade de gênero e classe (Carneiro, 1993).

Nesse sentido, espaço e corpo são munidos de interseccionalidades, principalmente porque toda leitura da teoria feminista, como apontamos, não se dissocia da luta e da denúncia de violações e violências intrínsecas. Ao propormos uma leitura espacial do corpo e partindo do seu potencial analítico, aqui destacamos a abordagem de Doreen Massey que, sob a ótica da multiplicidade do espaço-tempo, ressalta o papel das geometrias de poder (Massey, 2008; Massey; Pasti, 2021).

As geometrias de poder (Massey, 2008; Massey; Pasti, 2021) alicerçam nos seguintes pressupostos: primeiro, o espaço é relacional; segundo, o espaço é múltiplo e terceiro, indissociado ao tempo, ele está em profundo e constante processo de (re)criação. As relações de poder não são fixas e não possuem corresponsabilidade de somente um espaço, ou uma *storie-so-far* (estória-até-agora), ou um sujeito, mas de múltiplas relações.

Se o espaço não é simplesmente a soma de territórios, mas uma complexidade de relações (fluxos e fronteiras; territórios e conexões), isso significa que “um lugar”, um território, também não pode ser simples e coerente. Pelo contrário, cada lugar é um nó aberto de relações – uma articulação, uma malha – de fluxos, influências, trocas etc. A identidade de cada lugar (incluindo sua identidade política) é, portanto, o resultado da uma mistura distinta de todas as relações, práticas, trocas etc. que ali se entrelaçam (dentro deste “nó”) e também o produto do que se desenvolve como resultado deste entrelaçamento (Massey; Pasti, 2021, p. 244).

A ideia de geometrias de poder (Massey, 2008; Massey; Pasti, 2021), enquanto conceito, abre um importante leque epistemológico, sobretudo metodológico para se trabalhar com a categoria corpo, que se aplica a nossa “avoir-faire aqui de correlação com o campo da geografia da população. Embora uma área categórica cheia de estereótipos, ainda mais no nosso país, há um potencial de acesso a reflexão a partir de todas as categorias geográficas. Em todos os campos da geografia, utilizamos a compreensão populacional: sejam de subjetividades a impactos entre dados secundários.

A seguir, portanto, analisamos algumas intersecções possíveis entre a categoria corpo e a geografia da população a partir de algumas pesquisas publicadas nas últimas décadas.

População e corpo – desdobramentos iniciais de uma potência em construção

Diante dos desafios e amarras que serão discutidas adiante, aliado à leitura de corpo enquanto categoria da análise e da prática na geografia, podemos sistematizar alguns potenciais de relação entre a categoria e o campo geográfico em discussão que já foram produzidos:

a) Gênero, corpo e população: alguns trabalhos cruzam esse diálogo, aqui destacamos as pesquisas de Preston, McLaffert e Hamilton (1993), sobre a mobilidade urbana de mulheres negras, latinas e brancas nos Estados Unidos, indicando os desafios enfrentados e as problemáticas de se pensar um espaço menos desigual para corpos marcados pela contradição da produção hierárquica. Tal como os trabalhos de Sophie Bowlby (1990) que analisam as relações entre mulheres e homens no contexto doméstico familiar, além dos escritos de Valentine (1998; 1999), Macedo (2008), Moreira (2015), Marinho (2023), dentre outras e outros. Todos esses trabalhos foram discutidos e revisados na leitura da geografia da população e das relações de gênero no espaço familiar e suas articulações políticas (Martins, 2022; Martins; Antunes, 2023; Martins; Grisi, 2024);

b) Corpo, migração e mobilidades: pouco ainda discutido na geografia das migrações, as relações entre migrantes e corpo possui um enorme potencial. A leitura de Koshravi (2010) e Keshavarz e Khosravi (2022) acerca do “eu fronteira” traduz as corporeidades da travessia migrante cujas fronteiras são ligadas aos corpos, e não a uma linha de

corte territorial. Rachel Silvey (2004) tensiona e provoca a geografia da população para um debate mais inclusivo sobre corpo, fronteiras e migrações sem trazer à contribuição somente a escala dos números e da ideia distributiva de população;

c) Família, geometrias de poder e corpo: ainda que de forma tímida, os trabalhos de Bernard (2022), Bailey (2009), Cooke (2003) e Hanson (2010) também iniciam uma provocação à geografia da população para novas categorias epistemológicas. A importância aqui de tratar ciclos de vida e cursos de vida (lifecycles e life courses) se destaca. O entendimento inicial é que as famílias estão cerceadas por geometrias de poder e que o tempo e o espaço de cada integrante da família, na produção corporificada de suas especialidades são diferentes, e quais as implicações dessas distinções.

Apesar dos avanços, a construção de um debate mais ampliado precisa ser lançada e construída com novas ferramentas teóricas e metodológicas. Os próximos tópicos abrirão uma leitura crítica dessa Geografia do corpo e da população que necessita de maior cuidado e atenção, não somente pelas amarras e preconceitos, mas também pelo olhar contemporâneo e necessário que a categoria corpo nos provoca enquanto processo científico.

Corpo e Geografia da população: tensionamentos e possíveis agendas

A primeira concepção – corpo enquanto categoria de análise – parte da interpretação de fenômenos socioespaciais a partir das diferenças provocadas por marcadores sociais (como raça, classe, gênero, sexualidade) na constituição de corporalidades. Aspectos que caracterizam as existências atravessadas posicionam o corpo enquanto objeto de reflexão que evidencia modos desiguais de acesso a direitos, a visibilidade e a pertencimento no território.

Nesta concepção, sob orientação das perspectivas feministas, queers e interseccionais, os estudos sobre gênero e sexualidades na geografia, compreendem que o corpo e sua performatividade é socioespacialmente construída através de processos materiais e discursivos (Longhurst, 2023). As lógicas dos lugares operam também de modo a reforçar (ou irromper) com as lógicas discursivas (existentes em domínios político, econômico, cultural e social) que operam na constituição de corpos e as performatividades de gênero e sexualidade.

Os corpos sexuados não são “naturais”, mas, na verdade, tendem a aderir aos comportamentos regulatórios esperados que são estabelecidos ao longo do tempo. Não existe um corpo sexuado pré-constituído; ao invés disso, uma variedade de comportamentos sexuais e de gênero podem ser ligados a diversos corpos diferentes, em épocas e espaços diferentes (Longhurst, 2023, p. 42).

A interação entre corpo e espaço é, portanto, permeada por relações de poder que incluem ou excluem. Quando desiguais, as espacialidades reveladas nas experiências, são firmadas tanto pelo impacto das violências, quanto pelas

estratégias de resistência e subversão. As práticas são permitidas, consentidas, reguladas e transgredidas (Longhurst, 2023)

Na Geografia brasileira, o livro *Corpos & Geografia: expressões de espaços encarnados*, organizado por Joseli Maria Silva, Márcio José Ornati e Alides Baptista Chimin Junior (2022) reúne um conjunto de textos propositivos para uma geografia corporificada. Entre os debates realizados, a obra explora como corpos de desafiam normas cismátricas e heteronormativas são centrais na reprodução e vivência de espaços, criando territórios de resistência e afirmam identidades dissidentes.

Na mesma direção, a tese intitulada *Por espacialidades de trans-existências: trânsitos entre os sistemas normativos e a (re)apropriação do corpo* (Barbosa, 2023) aborda as vivências de mulheres trans e travestis. Ao realizar uma “cartografia de escuta” foram analisadas as formas como os corpos dissidentes desafiam “arquiteturas de controle” – como a vigilância sobre aparências e gestos – produzindo “arquiteturas de resistências” – práticas e espaços criados para proteção e confronto. Viver em casas compartilhadas, formar redes de apoio e ocupações afetivas na cidade, estão entre as espacialidades que emergem nesse contexto.

A segunda concepção – corpo enquanto escala de análise – posiciona o corpo como o ponto de partida e como condição para a compreensão de determinados processos socioespaciais. Há, nessa frente de estudos, uma estreita relação entre práticas socioespaciais e cotidiano. No levantamento realizado por Ramos e Milani (2022), as geógrafas destacam que o crescimento do interesse de estudos sobre geografia e cotidiano, orientados pela corrente *time geography*, que significaram uma frente importante para a consolidação de uma geografia corporificada:

Essa corrente geográfica acentuava a observação das corporeidades e ações no tempo e no espaço, das atividades diárias e das formas de integração ao meio ambiente. Porém, como destacou Rose (1992), apesar de acentuar processos lógicos de conduta, essa geografia omitia aquilo que se manifesta de forma intrínseca enquanto corpo, que são as motivações, intenções, desejos para os movimentos e trajetórias (Ramos; Milani, 2022, p. 7-8).

Há um significativo desenvolvimento da abordagem qualitativa nessas análises, implicando no gradativo distanciamento da compreensão da população enquanto expressão máxima de indicadores e variáveis, e uma aproximação de uma concepção de sujeitos ativos das dinâmicas populacionais em movimento, construindo os espaços: da travessia (Virgens, 2022); do cuidado (Sakaragui, 2023; Oliveira, 2023; Santos, 2022; Manzi, Anjos, 2021); do envelhecimento (Oliveira, 2023); da inclusão (Dornelles, 2021).

O corpo torna visível aquilo que se encobre pela abordagem quantitativa e suas análises de indicadores e variáveis: as violências, os silenciamentos, bem como os agenciamentos e possibilidades de uma reprodução da vida cotidiana de corpos deslocados, dissidentes ou marcados por condições específicas de existências, que se articulam as frestas das estruturas de oportunidades desfavoráveis, as quais definem ritmos, mobilidades e acessos, numa confluência entre política e afetos.

Há um intercâmbio recorrente entre as duas concepções nos estudos que pretendem a abordagem do corpo – escala e categoria de análise - na geografia (da população). Nesse contexto, reflexões sobre a maternidade e a maternagem sobre o corpo que gesta ganha espacial destaque. O parto e o ato de maternar deixam de ser compreendidos na esfera individual, biologicamente e passam a ser categorias sociais e corporificadas.

A partir do enfoque que envolve desde o processo de tomada de decisão sobre a gestação até as práticas de cuidado no período pós-gestacional, evidencia-se que o corpo feminino – principalmente o das mulheres negras – é atravessado por múltiplas formas de controle. Oliveira (2021), ao considerar o cuidado uma prática espacial e política, afirma que as desigualdades conformadas em torno dos marcadores de raça e gênero, resulta na imposição do cuidado sobre mulheres negras. Esse cenário convive com a limitação de acesso a saúde materna no cotidiano.

Nessa dinâmica, o Estado, ao operar a partir de uma lógica patriarcal, machista e colonial, participa ativamente do controle de corpos gestantes, – marcadas pela medicalização compulsória, pela violência obstétrica e pela negação dos direitos reprodutivos das mulheres. Nesse movimento, Silva e Santos (2022) discutem sobre as práticas obstétricas contemporâneas e expressam de que modo espacialidades coloniais levam ao disciplinamento do corpo feminino durante o parto. As autoras retomam como prática de resistência os saberes das parteiras e das comunidades tradicionais.

A terceira concepção – corpo enquanto reflexão epistemológica – se situa na base da formulação sobre o que há de propriamente geográfico em um saber corporificado. Podemos afirmar que essa movimentação se desdobra nas demais concepções já supracitadas. O(s) feminismo(s), o pensamento decolonial e a fenomenologia apresentam potentes aportes teóricos e metodológicos para a denúncia de ausências e silêncios na geografia e no desdobramento de questões, de temáticas e de categorias – para além do espaço – sob a perspectiva de grupos subalternizados e suas experiências (Silva, 2009). Toda essa trama convoca a reflexão sobre a importância do vivido, do afetivo e do sensorial. Surgem conceitos como corpo-espacço; corpo-paisagem e, em especial atenção, o corpo-território.

Isso posto, o corpo tem sido uma “presença ausente” na ciência geográfica. Todos os estudos evidenciados nesse texto apresentam uma multiplicidade de abordagens e temas. Ainda assim, estes se mantêm numa espécie de fronteira – que também é resultado de uma histórica invisibilização e seleção do que se considera interesse da Geografia. Mas que se convergem para o desafio de tensioná-los enquanto objeto de interesse do campo populacional, que também se estabeleceu sob determinada perspectiva analítica – essencialmente quantitativa.

Buscamos evidenciar, qualitativamente, uma compreensão mais aprofundada da interação entre corpos e dinâmicas sociais, ampliando o alcance das análises populacionais. Ao propor a concepção do corpo enquanto escala, categoria de análise e reflexão epistemológica, tensionamos as abordagens sobre o corpo integrado a questões de gênero, raça, sexualidade e outros marcadores sociais às dinâmicas espaciais.

Corpo-território como um horizonte corporificado para Geografia da população

Na América Latina, os estudos sobre corporeidades têm ganhado uma grande relevância em frente a realidade e luta das mulheres latinas pelos seus corpos, que são marcados pelas violências de gênero, raça e classe, frutos do processo histórico do colonialismo. As geógrafas latinas têm olhado para essas lutas constantes das mulheres indígenas, negras, periféricas, migrantes e camponesas, entendendo que a importância da reapropriação do corpo dominado é o caminho de possibilidades e emancipação do espaço abstrato (Silva; Ornat e Chimin Jr, 2019). Esse movimento começa a ser articulado pelas Geógrafas feministas decoloniais, as quais trazem reivindicações para demarcar espaços em que possam dar abertura para a discussão de gênero, raça e sexualidade, nos quais o corpo se torna o centro para essas análises. A Geografia Latino-Americana tem sido desafiada a responder as diferentes reivindicações espaciais oriundas da diversidade (Silva, 2017).

Uma das importantes pautas entre geógrafas feministas da América Latina é visibilizar as experiências espaciais relacionadas à exploração, violência e resistência imbricadas em contextos históricos (Guimarães, 2025). Mulheres que têm se movimentado contra o patriarcado, racismo e capitalismo que ainda persiste em moldar e controlar seus corpos. Outros fatores vão se fazer presente, sobretudo a leitura interseccional, como já apontado. Construir uma Geografia feminista latino-americana consiste em olhar para a realidade dos grupos sociais marginalizados é questionar os espaços de poder e a partir disso criar metodologias e epistemologias subversivas que confrontem essas estruturas (Silva, 2017).

Assim, as investigações trazidas por elas não só trazem os conceitos do que é ou não corporificado, mas parte das suas subjetividades corporais, plurais e espaciais. Um exemplo de análise corporificada é o movimento da Geografia Feminista Decolonial reverberado em metodologia analítica prática e teórica, trazido das mulheres indígenas da América Latina e que tem aberto caminhos para pensar outras formas de corporeidades que confrontem o espaço heteropatriarcal dos colonos (Zaragocin, 2020): o corpo território.

O corpo-território é considerado pelas mulheres indígenas como um ponto central de enfrentamento latino-americano aos processos espoliativos que assolam os corpos femininos e seus territórios (Guimarães, 2025). Esse movimento nasce pela mobilização das mulheres indígenas Xincas de Guatemala em 2007, tendo influências do feminismo comunitário, em que vão denunciar as mineradoras transnacionais que exploravam o território Guatemalteco (Falquet, 2022).

O debate surge como uma pauta política indígena e se torna uma categoria prática e teórica, sendo associado à defesa e à recuperação do território-corpo-terra (Cabral, 2010). O movimento objetiva denunciar as violências que ainda existem nos territórios e que causam impacto nos corpos das mulheres indígenas, já que na cosmovisão dessas mulheres o corpo e o território estão conectados e não separados. Portanto, a conexão dos dois é ancestral.

No defiendo mi territorio tierra solo porque necesito de los bienes

naturales para vivir y dejar vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud. Las violencias históricas y opresivas existen tanto para mi primer territorio cuerpo, como también para mi territorio histórico, la tierra. En ese sentido todas las formas de violencia contra las mujeres, atentan contra esa existencia que debería ser plena (Cabral, 2010, p. 23).

Para as mulheres indígenas o corpo é o território. É um lugar de emoções, sensações e reações físicas de resistência que vão muito além da materialidade. Elas consideram que essa interligação com o território tem um significado que se cria a partir da própria vida e da espiritualidade. Cuidar do território é parte da cultura, da ancestralidade e do bem-estar da mulher indígena (Aurora, 2023).

Quando se traz a escala do corpo para o centro, percebe-se o sentido de falar das opressões e desigualdades que tem marcas geográficas e históricas, bem como as afetações que esses corpos estabelecem com a terra, pois os corpos-territórios resistem a um processo sistemático de ataques desde a invasão dos corpos-territórios desde abajo (Aurora, 2023). Para Hernández, Lozano e Jurado (2020), o conceito de território-corpo-terra é uma afirmação política da coletividade de mulheres indígenas em defesa de seus territórios.

Esse termo, além de fazer parte de um movimento prático, tem sua base teórica impulsionada pelas ativistas indígenas Cabral (2010) e Guzmán (2019), as quais fazem parte do feminismo comunitário. Na academia, essa categoria começa a ser articulada por Verónica Gago (2019, p. 107), que busca reconhecer o corpo e território impossível de “recortar e isolar do “corpo individual” enquanto também coletivo, territorial, bem como derivado da paisagem. Assim, se chama atenção para o compromisso dessa abordagem com os processos coletivos e a defesa dos bens comuns (água, floresta, terras etc.). Ela defende a necessidade de excluir a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política produtiva e epistêmica do corpo enquanto território.

São, em sua maioria, lideradas por mulheres. Tal representação contribui para atualizar a compreensão da necessidade da despatriarcalização como um braço importante das lutas dessas comunidades, cujo mote advém da ideia estratégica de “corpo-território”, uma vez que: é estratégica em um sentido muito preciso, que expande um modo de ‘ver’ a partir dos corpos experimentados como territórios e dos territórios vividos como corpos. A imagem do corpo-território além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade [...] (Gago, 2019, p. 106-107).

No campo da Geografia, o corpo-território tem conquistado seu espaço, principalmente no México, Equador, Guatemala e Bolívia, onde geógrafas feministas decoloniais têm incorporado com o objetivo de trazer esse debate corporificado para a Geografia do Sul. Esse estudo começa a ser articulado pela antropóloga e geógrafa Hernández (2016; 2020) e Hernández et al. (2021).

As geógrafas latinas têm questionado o espaço como lugar neutro, e com isso tem buscado entender como os corpos estão situados e posicionados, como são constituídos e quais são suas estruturas sociais de dominação (Hernández, 2017). Para elas, os corpos são a primeira fronteira entre o si, o mim e o outro, e nos mostra como tudo o que fazemos está espacialmente situado e incorporado em corpos diferentes e hierárquicos por gênero, que por sua vez são construções culturais baseadas na ideia de espaço, de lugar e comunidade (Hernández, 2017).

As geógrafas feministas descoloniais trazem o corpo-território como uma possibilidade metodológica, pois consideram o corpo como território político que no espaço-tempo é repleto de histórias e memórias, mas também de luta e resistência trançado por sujeitos que habitam e experienciam o espaço geográfico (Guimarães, 2025). Ademais, ele se torna um elemento chave para novas leituras geográficas dos movimentos sociais.

O conceito de corpo-território tem alcançado uma dimensão que transcende o contexto exclusivamente indígena, sendo aplicado e ressignificado nas interseções coletivas dos movimentos e estudos de mulheres negras, migrantes, periféricas, camponesas e, também, de pessoas LGBTQIAPN+ (Guimarães, 2025). A incorporação de uma categoria que não se origina no meio acadêmico, mas que emerge de um movimento de base comunitária e influencia outras mobilizações, é revolucionária. Isso evidencia um processo de libertação das amarras patriarcas e eurocêntricas presentes na academia, promovendo a descolonização do pensamento e desafiando padrões conservadores que historicamente buscam apagar e silenciar saberes e corpos, especialmente aqueles pertencentes a mulheres (Guimarães, 2025).

No Brasil, a análise da categoria tem tido pouca visibilidade, muito pelo fato de a geografia brasileira ainda ser centrada em amarras eurocêntricas e patriarcas, que perpetuam a desigualdade em certas temáticas. Um exemplo disso é a invisibilidade na discussão da categoria corpo. O corpo muita das vezes não foi o centro de atenção das pesquisas, sendo negligenciado principalmente pela ciência geográfica (Przybysz; Silva, 2019, p. 51-62). Ainda é visível que a Geografia tem suas práticas descorporificadas, isso porque para alguns, o corpo já está inserido no espaço geográfico e não tem necessidade de um aprofundamento.

Pari passu, grupo de Estudos Territoriais (GETE), sediado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no Paraná, criaram o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), indicando produções que são excluídas da Geografia, como gênero, sexualidades e racialidades. O observatório tem cerca de 25.723 artigos, provenientes de 98 revistas on-line, correspondentes ao período entre 1939 e 2019. Com esse levantamento, o grupo quantificou artigos sobre a temática de corpo, corporeidade ou corporalidades. Foram encontrados 117 artigos, correspondendo apenas a 0,45% do total de

produções. Apesar dos leves passos, a partir dos anos 2000 se observa um pequeno e importante salto de trabalhos sobre a temática:

Cerca de 92% dos artigos sobre o corpo foram publicados a partir da segunda década do século XXI. Além de ser uma abordagem recente na geografia brasileira, ela está publicada de forma mais concentrada em periódicos classificados nos estratos B1 e B2, com destaque para a revista *Geograficidade*, que publicou 11% do conjunto de artigos, e a *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, que publicou 18%. Apenas 15% dos artigos sobre o corpo são publicados nos periódicos de maior prestígio acadêmico, conforme a classificação do Sistema Qualis-Capes (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2019).

O interesse em analisar corporeidades, corpo-espacço, corpo-lugar e entre outros permitiu o início do desenvolvimento científico, curiosamente posterior a sua própria aplicação. Surge, assim, a necessidade de introduzir a categoria corpo-território como ponto de partida para o campo da Geografia da População, com o propósito de abrir novos caminhos e possibilidades para a compreensão das multiplicidades e diversidades dos sujeitos no espaço geográfico.

A discussão acerca dessa construção nos possibilita pensar e repensar na importância de analisar as duas categorias (corpo e território), na construção de novos desafios e realidades para a própria ciência. Introduzir esse debate a partir do campo da Geografia da população vem como uma questão desafiadora, mas também de questionamentos e inquietações quanto a relevância do estudo sobre corpo, afinal, estamos falando de sujeitos, logo, estamos falando de populações com diversos marcadores sociais que transitam constantemente o espaço. Como afirma Costa (2009), os estudos da Geografia da População tomam uma importância cada vez maior atualmente, em função de ainda permanecer como um dinâmico fenômeno humano.

Para começar o debate (e não concluir)...

A princípio, para alguns, o estudo referente a Geografia da população se resume a números ou estatísticas, algo que acaba limitando o campo ou fazendo com que se feche em uma bolha. O próprio campo de conhecimento passou por diversos questionamentos sobre o que realmente investigava. Para Costa (2009), isso é uma herança da Geografia clássica, que impossibilita explicar as complexidades do mundo de hoje e, particularmente, de uma realidade que é dominada pelo capitalismo em sua fase de domínio. Isso acabou dificultando a construção deste campo e fortalecendo um pensamento muitas vezes tendente para fechado.

Mudanças significativas, embora insuficientes, impulsionaram o reconhecimento da população para além dos números, tais como entender os sujeitos e suas complexidades a partir das dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Pensamos além: da Geografia da população como um vetor dos fenômenos coletivos e subjetivos, na qual suas práticas nos auxiliam a ler as dinâmicas e os fluxos dos sujeitos com base na espacialização dos seus corpos, bem como na ligação que eles estabelecem com os espaços, os territórios, os

lugares, a partir de suas estratégias, seus desejos e suas geometrias de poder (Massey, 2008; Massey; Pasti, 2021).

Facilitaria, assim, na leitura da categoria corpo, relacionar os atravessamentos que cercam os sujeitos, de que forma seus corpos criam territorialidades, como se movimentam, o que causam seus deslocamentos e como sentem e percebem os territórios, mostrando assim, como resistem e existem em meio as lutas cotidianas do dia a dia. Bem como qual o sentimento, memória e afeto que seus corpos possuem com o território, quais são suas emoções e angústias. Sendo assim, esta categoria se torna um pilar importante e corporificado para as investigações da Geografia da população.

Dessa forma, estamos reconhecendo múltiplos espaços sendo produzidos por diversas práticas, representações e experiências que são corporificadas. São as Geografias que dão centralidade aos sujeitos ativos, que não são apenas construtivos, mas constitutivos, que produzem o espaço e ao mesmo tempo levam em seus corpos por meio de memórias, identidades e práticas espaciais.

Referências

- AURORA, Braulina. **Indígenas mulheres**: corpo território em movimento. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 2023.
- BARBOSA, Luciana de Oliveira. **Entre fronteiras e corpos: as experiências de mulheres imigrantes no Brasil e em Portugal**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- BAILEY, Adrian; COOKE, Thomas. Family Migration and the Employment of Married Women and Men. **Economic Geography**, v. 72, n. 1, p. 38-48, 1996.
- BOWLBY, Sophie. Women, Work and the Family: Control and Constraints. **Geography UK**, v. 75, n. 1. p. 17-26, 1990.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABNAL, Lorena. Acercamientos a la construcción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. In: **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Madrid: ACSUR, 2010. p. 11-25.
- CARTA CAPITAL. **Mulheres negras são maioria entre vítimas de violência obstétrica no Brasil**. Carta Capital, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine (org.). **¿Qué son los estudios de mujeres?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 352.

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

COSTA, Mariana Ferreira da. Corpos em trânsito: experiências de mulheres migrantes no nordeste brasileiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 21., 2023, Campinas, **Anais** [...] Campinas: AGB, 2023. p. 120-134.

COOKE, Thomas J. Family Migration and the Relative Earnings of Husbands and Wives. **Annals of the Association of American Geographers**, v.2, n. 93, p. 338-349, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DORNELLES, Tarso Germany. **“Você está indo para onde?”: relações afetivas do corpo-paisagem de pessoas cegas na cidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Dossiê**: mulheres negras e justiça reprodutiva no Brasil. Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In: Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Geovana Kellen de Azevedo. **Em defesa do corpo-território: a luta das mulheres Borari no território indígena de Alter do Chão, Amazônia Paraense**. 2025. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2025.

HANSON, Susan. Gender and mobility: new approaches for informing sustainability. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 1, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KESHAVARZ, Mahmoud; KHOSRAVI, Shahram (org.). **Seeing like a smuggler**: borders from below. Londres: Pluto Press, 2022.

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

KHOSRAVI, Shahram. **“Illegal” traveller**: an auto-ethnography of borders. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LIMA, Ivaldo. O argumento político do corpo nas dobras do espaço limiar. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN, Alides (org.). **Corpos e geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2023. p. 215-238.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021.

MARINHO, Pedro Henrique. **Políticas da carne: geografias da raça e do corpo nas experiências de homens negros em Belém do Pará**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, n. 34, 2022.

MARTINS, Isis do Mar Marques; ANTUNES DE ASSIS, Kamilly. A geografia das mulheres nas famílias brasileiras periféricas: gênero e política no espaço familiar. **Terra livre**, v. 2, n. 59, p. 74-101, 2023.

MARTINS, Isis do Mar Marques; FERREIRA BRITO GRISI, Dalliana. Mulheres entre os movimentos sociais e os movimentos “de ordem”: a luta contra a desigualdade de gênero nas políticas habitacionais. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 53-58, 2025.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e Cultura**, n. 38, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre desenvolvimento humano 2022: tempos incertos, vidas instáveis – construir o futuro em um mundo em transformação**. Nova York: PNUD, 2022.

OLIVEIRA, Ana Paula de. **Gênero, migração e mobilidade: experiências de mulheres na Amazônia paraense**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

OLIVEIRA, Maria Clara de. **Geopolíticas da maternidade: corpo, espaço e cuidado na experiência de mães periféricas em Fortaleza**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

ONU MULHERES BRASIL. **Violência contra mulheres e meninas**. ONU

Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

Mulheres Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Relatório sobre as migrações no mundo 2022. Genebra: OIM, 2022.

PRESTON, Valerie; MCLAFFERT, Sara; HAMILTON, Ellen. The impact of family status on black, white, and hispanic women's commuting, **Urban Geography**, v. 14, n. 3. p. 228-250, 1993.

SAKURAGI, Camila. **Territorialidades trans: corpos, espaços e resistências de pessoas trans na cidade de São Paulo.** 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

SANTOS, Juliana Ramos dos. **Corpos em deslocamento: experiências de travestis e mulheres trans na Amazônia urbana.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN JR., Alides. O legado de Henri Lefebvre para a construção de uma geografia corporificada. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN JR., Alides (org.). **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2023. p. 55-78.

SILVEY, Rachel. On the boundaries of a subfield: social theory's incorporation into population geography. **Population, Space and Place**, n. 1, série 10, p. 303-308, 2004.

SOUZA, Rafael Lima de. Territorialidades dissidentes: juventudes LGBTQIA+ e disputas de espaço na cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 20., 2022, Belo Horizonte, **Anais [...] Belo Horizonte: UFMG, 2022.** p. 88-102.

THE GUARDIAN. **Latin America's femicide crisis:** women killed for being women. The Guardian, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso em: 10 ago. 2023.

UN WOMEN. **Progress of the world's women 2019–2020:** families in a changing world. New York: United Nations, 2019.

VALENTINE, Gill. Imagined geographies: geographical knowledges of self and other in everyday life. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (org.). **Human geography today.** Cambridge: Polity Press, 1999. p. 47-61.

VALENTINE, G.; LONGSTAFF, B. Doing porridge: food and social relations in a male prison. **Journal of Material Culture**, v. 3, n. 2, p. 131-152, 1998.



Entre o Corpo e o Corpo-Território, as Gentes: Uma Introdução à Aplicação da Categoria Corpo na Geografia da População

VIRGENS, Larissa. **Geografias da violência obstétrica: experiências corporificadas de mulheres negras em Salvador.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ZARAGOCIN, Sofia. A geopolítica do útero: para uma geopolítica feminista decolonial em espaços de morte lenta. *In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; BAYÓN, Manuel Jiménez (org.). Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas.* Quito: Abya-Yala, 2019. p. 51-65.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Isis do Mar Marques Martins: Conceituação; Curadoria de dados; Análise Formal; Obtenção de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Escrita – primeira redação; Escrita – revisão e edição.

Kamilly Antunes de Assis: Curadoria de dados; Análise Formal; Escrita – primeira redação.

Geovana Kellen de Azevedo Guimarães: Curadoria de dados; Análise Formal; Escrita – primeira redação.

Recebido em 15 de abril de 2025.
Aceito em 10 de outubro de 2025.

**Isis do Mar Marques Martins, Kamilly Antunes de Assis,
Geovana Kellen de Azevedo Guimarães**

